

Jornal do **LEGISLATIVO** **BADY BASSITT**

Informativo da Câmara Municipal de Bady Bassitt

VENDA PROIBIDA

ANO IV - Nº 19

INFORMAÇÃO À COMUNIDADE

JUNHO 2012

VERGONHA PARA BADY BASSITT

MP pede cassação do prefeito por fazer promoção pessoal

O Ministério Público de São José do Rio Preto entrou com ação pedindo a cassação do prefeito de Bady Bassitt, Edmur Pradella (PMDB), por promoção pessoal. A ação foi motivada por representação interposta pelo vereador Márcio Elias dos Santos (PPS), e acatada pelo promotor Sérgio Clementino, que acusa o prefeito de improbidade administrativa e enriquecimento ilícito. A Justiça questionou a distribuição de um jornal com informações sobre o trabalho do prefeito, para se promover politicamente. Segundo o processo, os exemplares, no valor de R\$ 4,7 mil, foram pagos com o dinheiro público.

Na ação, o Ministério Público pede a devolução do valor, pagamento de multa e suspensão dos direitos políticos.

De acordo com o promotor, o prefeito usou o jornal denominado "Bady Hoje", impresso em oito páginas, todo colorido, para se promover. "Já na capa do tabloide constata-se a autopromoção pessoal, vez que a manchete principal destaca que 'Edmur constrói clube municipal', bem como outro manchete chama a atenção do leitor para a página 6, pela expres-

são 'Prefeito Edmur faz mais e melhor'", destacou Clementino na ação.

Para o promotor, as matérias destacadas são suficientes para o embasamento da ação civil de improbidade administrativa, já que demonstram a "efetiva intenção" do prefeito se autopromover. "As matérias trazem a ideia de que não foi o município de Bady Bassitt o autor das obras, mas sim o prefeito", apontou Clementino. Ele afirmou ainda que a autopromoção foi agravada pelo utilização de dinheiro público para o pagamento da edição e impressão do jornal. O promotor juntou a nota fiscal paga pela Prefeitura de Bady Bassitt para uma gráfica de Presidente Prudente. Clementino classificou o conteúdo do jornal como "improbo".

De acordo com a denúncia encaminhada à Justiça de Rio Preto, o jornal Bady Hoje "não possui cunho informativo, sendo confeccionado somente com o intuito de promover Edmur Pradella junto à população, uma vez que a todo momento as matérias são alusivas à pessoa do prefeito e nunca ao Município de Bady Bassitt".



Jornal do LEGISLATIVO Bady Bassitt

Órgão Oficial da Câmara Municipal
de Bady Bassitt

Aprovado pela Resolução Nº 03/2009

MESA-DIRETORA
BIÊNIO 2011/2012

Orlando Pinto da Silva Júnior (PPS)

Presidente

Antônio Marques Mendonça Fº (PMDB)

Vice-Presidente

Jurandir de Jesus Garcia (PPS)

1º Secretário

Eufrosino João Teodoro (PSD)

2º Secretário

VEREADORES

Célia Terezinha Ribeiro dos Santos
PDТ

David Junio Ferreira
PT

João Carlos Vieira
DEM

Laércio Joaquim Pereira
PMDB

Márcio Elias dos Santos (PPS)
PPS

Marilda da Silva Mesquita de Maura
Diretora Geral

Suzete Maria Imada
Secretária

Dr. Diego Carretero
Assessor Jurídico

Fábio Nunes Cortez
Assessor Parlamentar

Nelson Gonçalves
Jornalista Responsável
MTb 19611

Fotografias:
Fábio Nunes Cortez
e Nelson Gonçalves

Câmara Municipal de Bady Bassitt

Rua Camilo de Moraes, 426

Centro - Bady Bassitt - SP

CEP 15115-00

Telefone: (17) 3258-1954

FAX: (17) 3258-1200

E-mail: camarabady@terra.com.br

Site: www.camarabadybassitt.sp.gov.br

PALAVRA DO PRESIDENTE



Orlandinho
Orlando Pinto da Silva Júnior (PPS),
Presidente da Câmara Municipal
de Bady Bassitt

“O governo de Edmur vai na contra-mão dos interesses do cidadão...”

Um dos preceitos da Constituição da República do Brasil de 1988 é a tripartição do poder, que garante: um não interfere no outro. Outra máxima constitucional é o exercício do mandato legislativo municipal, estadual e federal. No âmbito municipal, de acordo com o Art. 28, VIII, é garantida a “inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município”, ou seja, não podem ser processados por seus discursos, pronunciamentos, ou entrevistas em órgãos de imprensa independente do seu alcance.

Chamo atenção pelos absurdos jurídicos vivenciados: o prefeito interpôs um “Decreto” dando a suspensão do alvará de construção do “Anexo da Câmara” da mesma forma que agiu quando da liberação do loteamento “San Marino”.

O prefeito Edmur tenta a todo custo desmoralizar a Câmara Municipal, que cumpre seu papel como órgão fiscalizador das leis municipais e guardião das Leis. A falta de moralização está contida na administração municipal, que se quer cumpre o seu dever, inclusive, deixando de cumprir diversas leis municipais, querendo instalar um governo monárquico e ditatorial. Quero lembrar que somente o povo pode calar a voz do vereador que o representa.

Esta Casa de Leis tem cumprido com seu dever. Os trabalhos dos parlamentares são apresentados a cada sessão ordinária e

os vereadores estão empenhados nas fiscalizações das ações do prefeito. Desafio aqui o prefeito a participar de um debate. Quero cobrar dele a falta de respostas dos requerimentos encaminhados por esta Casa e a falta de comprometimento em solucionar as indicações feitas pelos vereadores. Que ele prefeito diga o porquê o portal de transparência do site da prefeitura não é divulgado como recomenda a lei. Então, vamos nos reunir para marcar uma data conveniente para que se realize o debate. E, vamos ver se é isso mesmo o que ele quer ou está apenas blefando, fazendo politicagem com o dinheiro público.

O governo de Edmur Pradela (PMDB) é desastroso, há muitas falhas da administração municipal, o prefeito vem à imprensa com suas declarações atabalhoadas de desespero. Suas colocações de tentar transferir a responsabilidade das falhas de sua administração para a Câmara chegam ao absurdo de culpar até mesmo para o Governo do Estado e Federal.

Faltam poucos meses para finalizar meu mandato como presidente desta Casa. Vereador eleito pela primeira vez, nesta legislatura 2009/2012, estou cumprindo o meu mandato e exercendo o cargo de Presidente desta Casa de Leis, até o final de 2012.

Venho desempenhando meu trabalho em favor de todos, oferecendo, primeiramente, aos Vereadores, assessores as melhores condições de trabalho, assim como aos funcionários efetivos e terceirizados.

Desta forma, realizo o meu traba-

lho com muita seriedade e, principalmente, transparência para no futuro, quando estiver deixando o cargo para outro companheiro, poder ter o sentimento do dever cumprido em prol das melhorias para nossa cidade.

Graças ao empenho, a dedicação e o fato de muitas pessoas ainda acreditarem que é possível fazer diferente, que é possível ser diferente, que é possível sonhar com um mundo melhor, é que eu apoio cada ação proposta pelos vereadores em cumprir o seu papel como instituição de Controle Social, como instituição fiscalizadora no controle dos gastos públicos.

Quero tranquilizar o cidadão bassitense que a população não será surpreendida com votações na “calada da noite”, típicas de políticos indecorosos, despreparados. A menos que o compromisso do prefeito não seja com a população nem com a própria palavra, mas com interesses particulares e partidários.

Minha palavra como presidente da Câmara não será um presente para a cidade, mas o cumprimento de uma obrigação e a sinalização de que nem tudo está perdido. Estarei demonstrando que, apesar de tudo, é possível acreditar na palavra.

Certamente não é por falta de capacidade que os vereadores deixarão de tomar medidas que contemplem o interesse da população.

CASO DE JUSTIÇA

Prefeito afronta a Câmara e não repassa recursos

É frequente verificar o repasse atrasado do duodécimo que pertence à Câmara de Vereadores ou então o repasse parcial do duodécimo, por força de condutas adotadas pelo prefeito Edmur Pradela. E isso configura uma verdadeira afronta a vários dispositivos legais e constitucionais, que visam assegurar a necessária autonomia e independência financeira do Poder Legislativo local.

É indubitável e inquestionável, portanto, o direito líquido e certo da Câmara de Vereadores em ter à sua disposição, até o dia 20 de cada mês, o duodécimo ou as dotações orçamentárias que lhes são destinadas pela lei.

Em razão disso o presidente da Câmara, vereador Orladinho (PPS), autorizou o Departamento Jurídico da Casa a ingressar com mandado de segurança na Justiça para que o prefeito cumpra tal determinação. Com o atraso nos repasses dos recursos a Câmara foi obrigada a paralisar as obras da ampliação e construção do anexo por não haver dinheiro para pagar a construtora.

DENÚNCIA VAZIA

Promotor arquiva denúncia contra viagens de vereadores à Brasília

O promotor Aparecido Donizeti dos Santos promoveu o arquivamento do inquérito civil com base em denúncias feitas pelo o morador Anísio Pradela (com parentesco com o prefeito Edmur Pradela) contra a Câmara Municipal de Bady Bassitt e seu presidente Orlando Pinto da Silva Junior, o Orladinho (PPS). De acordo com o promotor não se configurou improbidade administrativa com suposta ocorrência de danos ao erário público e nem de superfaturamento em viagens à Brasília e São Paulo feitas pelo presidente e pelos vereadores a bem do interesse do município.

O denunciante acusou essas viagens de “verdadeiras excursões” com suposta ocorrência de dano ao erário público e acusou os vereadores de possível faturamento na apresentação de notas fiscais de despesas de viagem. Após analisar minuciosamente o processo, o promotor conclui pela inexistência de prova de ilegalidade

nas viagens e no possível superfaturamento de notas fiscais.

“Não há sequer prova indiciária de que os valores gastos dos edis nessas viagens documentadas teriam sido exagerados, muito menos em superfaturamento das notas ou cupons fiscais, especialmente as referentes à alimentação”, escreveu o promotor, em seu pedido de arquivamento da denúncia. “Os gastos com alimentação apresentam-se normais com o custo de vida da cidade de Brasília, onde o custo de vida apresenta-se, perante a economia nacional, com valores bem diferenciados das demais capitais de Estados brasileiros”.

O promotor disse ainda que tomou o cuidado, antes de tomar a decisão pelo arquivamento da denúncia, de realizar pesquisas na Internet para obtenção de parâmetros em relação a esse tipo de gasto. E comprovou que os valores gastos pelos vereadores bassitenses em restaurantes em Brasília “estavam

em harmonia com os valores praticados pelos respectivos estabelecimentos comerciais”.

“Nenhuma outra irregularidade aponta para eventual superfaturamento das notas fiscais oriundas de despesas pessoais desses vereadores”, afirmou o promotor. “Não provas no sentido de que referidas viagens foram executadas a interesse particular dos vereadores”.

Ainda segundo o promotor, não existe nada de ilegal no fato dos vereadores viajarem até a sede dos poderes administrativos e legislativos. “Fazem parte do processo democrático, sendo perfeitamente possível que um vereador, no exercício de seu mandato e no interesse da municipalidade, possa pleitear politicamente o apoio das autoridades legislativas”, afirmou. “Dessa forma, não há que se intervir ocorrência de danos ao erário público de Bady Bassitt”.

Projeto de peemedebistas autoriza regularizar construções irregulares

A Câmara aprovou projeto de lei, de autoria dos vereadores Laércio Joaquim Pereira e de Antônio Marques de Mendonça Filho, o popular Mandioca, ambos do PMDB, que autoriza a Prefeitura a regularizar todos os imóveis construídos irregularmente. O projeto diz em seu artigo 1º que somente serão autorizados a regularização as construções para fins comerciais, residenciais ou industriais desde que estejam concluídas e os terrenos devidamente desmembrados.

De acordo com o projeto aprovado, os proprietários terão prazo de 90 dias, após a promulgação da lei pelo prefeito, para tomarem as providências para a regularização dos seus imóveis perante a Prefeitura.

Vereador pede melhorias na iluminação da praça da Cohab 2

O vereador Orladinho (PPS), presidente da Câmara Municipal, indicou ao chefe do Poder Executivo pedido para estudar melhoramentos na iluminação da Praça da Cohab II, bem como a instalação de mais bancos no local. Segundo informações do presidente da Câmara, o número de

bancos na praça não é suficiente para acomodar as pessoas que frequentam o local. “Nos finais de semana e feriados o volume de bassitenses no local é grande”, informa. “Com este pedido buscamos o maior conforto para a população bassitense que frequenta a Praça da Cohab II”.

HOMENAGEM

Galpão de coleta seletiva terá nome de Anísio da Silva

O galpão de coleta seletiva, localizado nas margens da rodovia Maurício Goulart (SP-355), vai levar o nome do comerciante Anísio da Silva. Projeto de lei nesse sentido foi apresentado na Câmara pelo vereador Davi Junio Ferreira (PT) e foi aprovado por unanimidade.

Na justificativa do projeto, o vereador petista disse que estava prestando uma homenagem póstuma a Anísio da Silva, “um comerciante honrando em nossa cidade” que prestou relevantes serviços à comunidade.

BORBOLETA

João Carlos alerta para o perigo na nascente do córrego

O vereador João Carlos Viera (DEM) visitou as nascentes do córrego Borboleta e presenciou máquinas e caminhões de terra trabalhando no local.

Preocupado com o aterramento das nascentes, o vereador protocolou requerimento na Câmara pedindo informações se as obras no local tinham aprovação da Prefeitura. E mais: quis saber se existe algum tipo de repressão para punir os responsáveis pelas eventuais irregularidades cometidas contra o meio ambiente e se a prefeitura tomou providências para recuperar as nascentes do córrego Borboleta.

MELHORIA PARA A CIDADE

Projeto pede para instituir a coleta seletiva de lixo



Projeto de lei sugere a coleta seletivo de lixo domiciliar no município

Projeto de lei apresentado na Câmara Municipal pelo vereador Jura (PPS), institui o Programa de Coleta Seletiva com a participação das escolas das redes pública e privada em Bady Bassitt. O objetivo do programa é de implementar a educação ambiental como processo educativo, permanente e contínuo, para desenvolver uma filosofia de vida ética e moral, de maior harmonia e respeito com a natureza e entre os homens.

O programa, segundo Jura, propiciará conhecimentos e o exercício da cidadania para uma atuação crítica e consciente dos indivíduos e grupos. “É nada melhor do que as escolas para dar início a esse processo”, afirma o vereador. De acordo com o projeto de lei apresentado, a coleta seletiva envolverá os alunos e profissionais de educação com apoio da direção das escolas participantes do programa.

Autor de diversas indicações e projetos em prol da preservação do meio ambiente, o vereador Jura diz que são inúmeras as vantagens ambientais nesse programa que permitirá o fortalecimento da educação ambiental

tanto para as crianças como para aqueles que freqüentam e trabalham em prédios públicos. “Com essa iniciativa estaremos cuidando do meio ambiente e contribuindo para o nosso bem estar no futuro”, acrescenta Jura. “O projeto tem por finalidade ser parte de um programa de educação ambiental, visando à formação e difusão da consciência ecológica por parte da população”.

O vereador acrescenta ainda que o sucesso da coleta seletiva está diretamente associado aos investimentos feitos para sensibilização e conscientização da população. “Com um trabalho educativo nas escolas públicas, essas crianças estarão levando para suas casas, seus amigos, seus parentes a importância de se reciclar os materiais”, enfatiza o vereador.

Ainda segundo a propositura, o recolhimento do lixo inorgânico será realizado em recipientes contendo cada um as inscrições que especifique o tipo de material a ser colocado: plástico, vidro, papel e metal.

FISCALIZAÇÃO

Vereadores querem saber sobre gastos na reforma de UBS

Os vereadores Tuti (PSD), Marmitão (PPS), Orlandinho (PPS) e Jura (PPS), por meio de requerimento, querem saber detalhes dos gastos para a reforma da Unidade Básica de Saúde (UBS) Alcimino Assis Lourenço, localizada na área central da cidade. Por meio de requerimento eles pediram que o

prefeito Edmur Pradela (PMDB) envie à Câmara cópias do contrato no valor de R\$ 695.511,69 feito entre a prefeitura e a empresa Madri Is Ki Construções Limitada, bem como cópias do convênio com o Governo Federal, do projeto de execução da obra e de todo o processo licitatório.

MEIO AMBIENTE

Jura apresenta projeto que obriga plantio de árvores nos loteamentos

A obrigatoriedade do plantio de árvores pelos loteadores nos novos empreendimentos foi proposta pelo vereador Jura (PPS). Ele apresentou projeto de Lei para obrigar os loteadores a efetuarem o plantio de uma muda de árvore em cada lote, antes deles serem comercializados. De acordo com o projeto, sem o plantio das árvores, a prefeitura não autorizará a comercialização do loteamento.

O projeto estabelece ainda que depois da comercialização dos lotes, a Prefeitura deverá, por meio da Coordenadoria do Meio Ambiente, contatar com o comprador do imóvel para que ele passe a ser o responsável pelos cuidados com a planta. “Cumpre-nos esclarecer que esse projeto não acarretará gastos ao município, pois a compra e o plantio dessas mudas ficarão tudo por conta do loteador”, informa Jura, acrescentando ainda a

fiscalização nos loteamentos para verificar se atende os requisitos exigidos, tais como asfalto, guias, sarjetas, redes de água, esgoto e iluminação, já é algo rotineiro realizado pela prefeitura.

Jura entende que o projeto precisa ser aprovado porque será de grande importância para a população, pois tem o objetivo de promover o comprometimento dos futuros loteadores com o meio ambiente, por meio do plantio de mudas de árvores em todo o loteamento. “Além disso estaremos poupando recursos dos cofres públicos pois a prefeitura terá posteriormente de adquirir e plantar essas árvores”, afirma o vereador, acrescentando que essa obrigatoriedade fará aumentar a área verde da cidade, melhorando o clima e trazendo sombra e outros benefícios que as árvores proporcionam.

CAMPANHA

Vereador propõe Dia de Luta contra o Câncer para combater a doença

A luta contra o câncer em Bady Bassitt é uma das prioridades do vereador Jura (PPS). Em 2012, o parlamentar levou o assunto por diversas vezes à em Plenário, da Câmara Municipal.

Para alertar a sociedade sobre os riscos, prevenção e tratamento da doença, Jura propôs projeto de Lei, instituindo o Dia Municipal de Luta Contra o Câncer, para fazer parte do calendário oficial de eventos do município.

O objetivo é fazer com que na semana que antecede ao dia escolhido, a Coordenadoria Municipal de Saúde e outros órgãos municipais, desenvolvam

campanhas educativas de orientação e combate ao câncer, além dos meios diagnósticos e terapêuticos para reverter este problema.

O câncer atinge milhares de pessoas a cada ano em todo mundo. “Direcionando ações no âmbito de nossa cidade, nada mais salutar que instituir o Dia Municipal de Luta Contra o Câncer que nesse dia seja uma data oficial de eventos do município”, afirma Jura. “O projeto visa identificar essa data de forma que seja uma oportunidade para evocar e proporcionar importante mobilização popular quanto aos aspectos educativos e sociais na luta contra o câncer”.

Proprietários terão de identificar seus terrenos para facilitar fiscalização

Os proprietários de terrenos em Bady Bassitt terão de identificar seus imóveis com os números e letras do lote e de sua respectiva quadra. Projeto de lei nesse sentido foi apresentado na Câmara pela vereadora Célia Terezinha Ribeiro dos Santos, a Célia do Doca (PDT), e recebeu aprovação de todos os vereadores.

De acordo com o projeto, as demarcações serão feitas nas guias ou sarjetas com material resistente ao tempo e que contenham letras legíveis para possível identificação. Na justificativa do projeto, a vereadora afirma que a identificação dos lotes irá facilitar o trabalho dos engenheiros e das pessoas responsáveis pelas vistorias e fiscalizações dos imóveis, além de se evitar transtornos com vizinhos, evitando erros em possíveis invasões como a construção em terrenos alheios.

MELHORIAS PARA OS BAIRROS

Pista de Skate do Bairro Nova Bady merece mais atenção, afirmam vereadores

Os vereadores Orlandinho (PPS) e Tuti (PSD) pediram contratação de instrutor de skate e instalação de lixeiras para coleta seletiva na Praça do Skate, localizada no bairro Nova Bady. A pista de skate dessa praça é um local desenvolvido especialmente para a prática do esporte e tem estrutura moderna e ideal para suportar as rodinhas dos skatistas. Por suas qualidades, o local recebe diariamente uma grande quantidade de jovens e praticantes do esporte, com ou sem experiência, alguns se destacando como verdadeiros talentos.

Observando a situação, o vereador Tuti e o presidente da Câmara, Orlandinho, propuseram, por meio de indicação, aprovada em sessão da Câmara Municipal, que a Prefeitura contrate um instrutor de skate, incentivando a prática do esporte, orientando os jovens que desejam dedicar-se a ele e revelando novos talentos na cidade, com o objetivo de, inclusive, participar de competições pelo país. “O skate é um esporte saudável, apesar de radical”, diz Orlandinho.

“A pista do Skate nessa praça é uma opção de lazer, entretenimento e treino para os praticantes desse esporte, por isso imaginamos que a contratação de



Pista de Skate no bairro Nova Bady: faltam lixeiras e mais cuidados

um instrutor seja fomento para esse pessoal”, completa Tuti.

Outro pedido feito pelos dois vereadores é para que sejam instaladas lixeiras de coleta seletiva por diversos pontos ao redor dessa praça. “Inúmeras pessoas que transitam pela Praça do Skate

têm encontrado dificuldades onde colocarem lixo reciclável”, informa Tuti. “Com a instalação de uma lixeira coletiva com especificação, as pessoas se sentirão praticamente envolvidas pela reciclagem, pois há um indicador e espaço para tal atitude”, destaca Orlandinho.

MELHORIAS

Orlandinho pede para colocar placas com nomes de ruas e avenidas

O presidente da Câmara, vereador Orlandinho (PPS), por meio de indicação, solicitou ao prefeito Edmur (PMDB) que sejam colocadas placas com nomes de ruas e indicadores dos bairros.

Orlandinho informa que a falta de sinalização nas ruas e dos bairros deixam a cidade com visual de total abandono. Ele ainda propôs que a prefeitura instale painéis em pontos de saída da cidade trazendo o nome dos bairros e as distâncias do ponto de origem.

Para o vereador, a iniciativa auxiliaria pessoas do próprio município e, principalmente, moradores de outras cidades que precisam se deslocar para o interior da cidade. Faltam placas indicativas em muitos pontos da cidade e também dos bairros. “Desta forma, cobro boa vontade do Executivo para que este pleito seja atendido”, afirmou Orlandinho.

CULTURA

Orlandinho cobra realização da “Virada Cultural” em Bady Bassitt

Faz dois anos que a Câmara aprovou e o prefeito sancionou a Lei 2.012/10 que determina o dia 1º de maio para a realização do Projeto Virada Cultural em Bady Bassitt. O projeto foi proposto na Câmara pelo vereador Orlandinho (PPS) que está inconformado pelo fato de até hoje a lei não está sendo cumprida pelo prefeito.

Orlandinho chama atenção pelo fato dos jovens de Bady Bassitt não terem opções para lazer e divertimento. Ele informa que os jovens são obrigados a se deslocarem para cidades vizinhas, deixando os pais preocupados, principalmente quando transitam pela rodovia BR-153, correndo risco de acidentes.

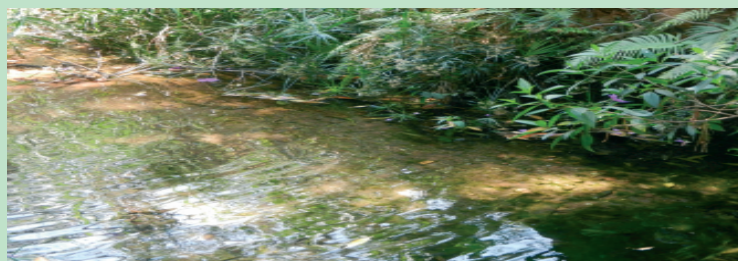
Ele destaca que muitas das cidades da região possuem intensa e diversificada programação artística e cultural, enquanto em Bady Bassitt não há opções e quan-

do existe é cobrado ingressos com valores absurdos.

“Sem nenhuma justificativa este evento de grande clamor popular não acontece em Bady Bassitt, deixando cada vez mais nossa população sem alternativa de lazer e cultura”, reclama Orlandinho. “A população de Bady Bassitt precisa tomar conhecimento sobre esse descaso e o motivo pela não realização da Virada Cultural em nossa cidade. Precisamos nos unir e cobrar do prefeito quais os motivos para esse desrespeito para com o povo”.

Orlandinho ressalta que o Programa Virada Cultural vem sendo realizado com enorme sucesso em diversas cidades. “Isso prova que é plenamente possível realizar eventos culturais e artísticos para a população quando se tem boa vontade, união e profissionalismo”, afirma o vereador, que preside a Câmara Municipal.

Vereadores sugerem Comissão para recuperar nascente do Borboleta



Os vereadores Tuti (PSD) e Jura (PPS), por meio de indicação, sugeriram ao prefeito Edmur Pradela (PMDB) a criação de uma Comissão Especial para realizar estudos e desenvolver projetos destinados à recuperação da nascente do rio Borboleta. Os vereadores propõem que a comissão seja integrada por representantes de entidades civis, religiosas, associações de moradores, escolas e pelos profissionais da Coordenadoria Municipal do Meio Ambiente.

Tuti ressaltou a importância de se recuperar a nascente do Borboleta. “Trata-se de um rio que deu origem à história de nossa cidade”, afirmou o vereador do PSD. Jura acrescenta que o Borboleta é córrego mais importante do município. “Suas matas ciliares não se encontram mais como antigamente, estão se degradando e provocando assoreamento progressivo”, observa o vereador do PPS.

Os dois vereadores alertam que com a construção da nova lagoa de tratamento e decantação a vazão de água no leito do rio será muito maior. “Por isso se torna necessário resolvermos esse problema”, afirmam.

Os 3 Poderes

A União e os Estados têm a mesma organização política. Seus poderes são três: Legislativo, Judiciário e Executivo. O Legislativo faz as leis; o Executivo administra sem ofender as leis e o Judiciário aplica as leis e pune aqueles que a desrespeitam.

Além da separação dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), o governo brasileiro também é dividido em três esferas de atuação:

- 1) Federal:** também chamado de União, é o governo com sede em Brasília (Presidente da República, ministros, Deputados Federais e Senadores);
- 2) Estadual** (Governador, Secretários de Estado e Deputados estaduais);
- 3) Municipal:** é o governo de cada cidade (Prefeito, Secretários municipais e Vereadores).

Veja como fica a distribuição dos poderes no município:

- 1) Poder Judiciário:** Em termos gerais, não existe poder judiciário na esfera municipal. O judiciário que conhecemos normalmente e no qual corre a maior parte dos casos (processos) é estadual ou federal. É claro que existe poder judiciário em cada cidade, mas a administração não cabe ao município. Porém, existe um órgão que pode ser considerado judiciário no município – o Tribunal de Contas. O trabalho do Tribunal de Contas é fiscalizar a aplicação dos recursos da administração pública.
- 2) Poder Legislativo:** É composto pelos vereadores que têm como função modificar ou manter leis antigas e/ou propor novas leis. Os vereadores também têm o dever de fiscalizar o trabalho da prefeitura. As leis também podem ser propostas pelo poder executivo e até pelos cidadãos, mas será preciso que os vereadores aprovem a lei. Cada vereador tem o seu gabinete, um escritório onde ele e seus assessores estudam os problemas da cidade e recebem cidadãos e autoridades para ouvir suas opiniões. Na hora de debater e votar as leis, os vereadores se reúnem na Câmara Municipal.
- 3) Poder Executivo:** É formado pelo prefeito (eleito), por seus secretários (escolhidos pelo prefeito) e por funcionários públicos (parte desses são funcionários concursados e fixos e outra parte é indicada pelo prefeito). A administração municipal é aquela que, que presta os serviços para os cidadãos. No entanto, é importante lembrar que devem cumprir leis que definem como deve ser feito o trabalho e como deve ser gasto o dinheiro. Para administrar melhor a cidade, o prefeito e seus secretários podem propor novas leis que são analisadas pelos vereadores que podem aprová-las ou não.

Quais são os assuntos em que a política municipal (prefeitos, secretários municipais e vereadores) pode intervir?

1) Um município pode fazer suas próprias leis, desde que estas não entrem em conflito com as leis estaduais ou federais. Por outro lado, alguns assuntos só podem ser decididos por uma determinada esfera de governo. Os limites de ação governamental dos municípios estão definidos na Constituição Brasileira.

Pode e deve
Educação: O governo municipal tem obrigação de oferecer creches, escolas de educação infantil e de educação fundamental para a população. Só depois que o número de vagas nessas escolas atenda a necessidade local é que o município pode abrir escolas de ensino médio e até universidades.

Transporte público urbano: Também é um dever do município. Já o transporte entre cidades, inclusive em regiões metropolitanas, é responsabilidade do governo estadual.

Urbanização: O poder municipal deve planejar o uso dos espaços na cidade definindo, por exemplo, se uma região deve ser residencial ou comercial. A prefeitura também tem que realizar a pavimentação e manutenção das ruas, cuidar da iluminação pública, garantir a coleta de lixo.

São matérias de dependência relativa do município:

Saúde: Desde a Constituição de 1988, o Brasil adotou o princípio da municipalização. A municipalização reconhece o município como principal responsável pela saúde de sua população. Municipalizar é transferir para as cidades a responsabilidade e os recursos necessários para exercerem plenamente as funções de planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação da saúde local. Esse é um processo que atualmente está em curso com a implantação do Sistema Único de Saúde. Por outro lado, embora os municípios tenham a função de executar, a legislação do SUS é feita em nível federal.

Impostos: Os impostos são usados para fazer funcionar os serviços públicos e o governo. Assim, todas as esferas de governo têm seus impostos. O Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e os Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) são impostos municipais que já estão previstos na constituição federal e não podem ser extintos pelo poder local. Porém, é da administração municipal o poder de definir o valor desses impostos, de criar regras para isenções, descontos e para a cobrança. O poder municipal também pode criar outros impostos e taxas que digam respeito a necessidades locais.

São matérias sobre a qual o poder municipal não tem quase nenhum ou nenhum poder de atuar:

Segurança: É muito comum que um

candidato a prefeito faça promessas de melhorar a segurança na cidade o que não pode ser feito por ele, a não ser que isso seja feito de forma indireta, por exemplo, melhorando a iluminação pública. A cidade não tem uma polícia, o que ela pode é ter uma guarda municipal, mas a função desta NÃO é a proteção dos cidadãos. Segundo a Constituição Federal, a atuação da Guarda Municipal é proteger os bens públicos do município. Os prefeitos e vereadores também não podem modificar as leis criminais, como aquelas que envolvem roubo, morte e tráfico de drogas, isso é feito exclusivamente na esfera federal (afinal, essas leis valem para o país inteiro).

Sistema prisional: Esta área é administrada pelo governo estadual, seguindo leis regionais em concordância com a legislação federal.

Previdência social: Todos os benefícios da previdência social são da ordem da união. Assim, salário maternidade, seguro desemprego, aposentadoria etc., são regidos por leis federais e são administradas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. As agências da Previdência Social estão nos municípios, mas isso não quer dizer que sejam administradas por ele. O que os municípios podem fazer é criar fundos de pensão para os servidores públicos daquela cidade.

Entenda as principais normas e leis através do qual a cidade é administrada.

- 1. Lei Orgânica do Município.** Assim como o País e os Estados, a cidade também tem sua própria “constituição”, que é a lei orgânica do município. É uma lei mais geral, não tem muitos detalhes e é mais difícil de modificar.
- 2. Lei complementar:** A palavra “complementar” refere-se à lei orgânica. Uma lei complementar explica melhor, dá mais detalhes e complementa um ou mais artigos da lei orgânica. Ela não modifica a lei orgânica.
- 3. Emenda:** A emenda visa a modificar a lei orgânica.
- 4. Lei ordinária:** É o ato normativo comum, ou apenas “Lei”, que não interfere na Constituição, mas não pode estar contrária a ela. Para ser aprovada precisa de maioria simples (50% + 1 dos presentes) de votos favoráveis.
- 5. Lei orçamentária:** é um projeto que o poder executivo envia à Câmara sobre como devem ser gastos os recur-

sos do município. Os vereadores analisam o documento, geralmente propõem modificações e, depois de aprovada, a lei vale para todo o ano seguinte.

6. Decreto: São atos administrativos da competência exclusiva do Prefeito, destinados a resolver situações gerais ou individuais, que estão mais ou menos previstas na lei. O decreto não pode entrar em conflito com leis (a não ser que substituam um outro decreto).

7. Portaria: é o instrumento pelo quais os secretários municipais ou outras autoridades expedem instruções sobre a organização prática e funcionamento de serviços públicos.

O que é uma Comissão Parlamentar?

Você certamente já ouviu falar de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou CPI, que tem função investigativa. Mas a CPI é só um tipo de Comissão Parlamentar, que nada mais é do que um grupo de legisladores (no caso do município, os vereadores), que se reúnem para estudar a fundo um tema específico. Há comissões permanentes, como a que ajuda a planejar o orçamento anual do município, e comissões temporárias, como por exemplo, as CPIs. As comissões parlamentares devem ser compostas sempre por vereadores de vários partidos para que haja equilíbrio nos procedimentos. Algumas comissões apenas estudam um assunto e o apresentam para que todos os vereadores votem à matéria. Outras têm o poder de votar um assunto, sem precisar levar para todos os outros vereadores. Como são muitos, variados e complexos os assuntos da administração pública, dividir algumas tarefas entre os vereadores ajuda todo o processo legislativo.

Quantos vereadores têm uma cidade?

Os números mínimo e máximo de vereadores em uma cidade são definidos pela constituição federal. A quantidade exata é definida pela Lei Orgânica do Município, respeitando o que diz a constituição (veja quadro abaixo). Na lei orgânica da cidade de Bady Bassitt está determinado o número de 9 vereadores.

Composição das Câmaras Municipais

Número de Habitantes	Número mínimo permitido pela Constituição	Número máximo permitido pela Constituição
até 1 milhão	9 vereadores	21 Vereadores
De 1 milhão a 5 Milhões	33 vereadores	41 vereadores
Acima de 5 milhões	42 vereadores	55 vereadores

REALIDADE

Presidente da Câmara chama prefeito Edmur de “despreparado” durante sessão



Tuti sugere criação da Creche do Idoso em Bady

A criação e implantação da “Creche do Idoso” em Bady Bassitt é uma idéia que vem sendo persistentemente defendida pelo vereador Tuti (PSD). Ele já propôs indicação na Câmara para que a prefeitura realize estudos para implantar esse projeto que poderá ser inêdito em toda a região.

A idéia, segundo Tuti, é oferecer um local onde as famílias possam deixar, durante o dia, o idoso. Muitos filhos não tem onde deixar pais ou sogros, que necessitam de cuidados especiais, quando saem para trabalhar.

De acordo com o vereador, a “Creche do Idoso” contaria com toda assistência multiprofissional, em período integral. “O idosos idoso não precisa ficar isolado da sociedade e, principalmente, dos familiares”, diz Tuti. “A idéia é que os parentes possam trabalhar e peguem seus idosos no fim de cada dia. Ao longo deste período, eles realizarão atividades e permanecerão integrados à sociedade”.

O presidente da Câmara Municipal de Bady Bassitt, vereador Orlandinho (PPS), levantou polêmica na sessão do último dia 17 de maio. Com firmeza e convicção, da mesa diretora dos trabalhos, ele chamou o prefeito Edmur Pradela (PMDB) de “despreparado” e “sem conteúdo”.

Orlandinho disse além do prefeito não estar fazendo nada pela cidade, a prefeitura não paga os salários dos funcionários na data certa e ainda atrasa a entrega das cestas básicas para os servidores.

Segundo o presidente da Câmara, a falta de preparo do prefeito é lamentável. Ele sugeriu que se crie uma Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) para saber onde está sendo gasto o dinheiro arrecadado pelo município. “Onde está indo o dinheiro que a prefeitura arrecada?”, indagou o presidente. “A cidade está às escuras e as ruas

estão esburacadas”.

Se mostrando indignado com os atos de “covardia” do prefeito, Orlandinho afirma que todos os projetos enviados à Câmara foram aprovados, inclusive com o apoio da oposição. “Acatamos todos os projetos que beneficiam a comunidade”. Mas segundo ele, em “inaugurações que são verdadeiros comícios, algumas pessoas falam mentiras ao afirmarem que os erros da cidade é culpa da oposição”.

Orlandinho chegou a chamar o prefeito Edmur de levião e convocou a oposição a tomar uma posição firme contra os “desmandos” existentes no município.

Para o presidente da Câmara, o prefeito precisa voltar à sala de aula, pois demonstra falta de conhecimento, “Ele não sabe a diferença entre os três poderes; é ignorante e sem conteúdo!”, afirmou.



**A VOZ DO POVO
NO LUGAR DO POVO.**

PARTICIPE DA VIDA POLÍTICA DE NOSSA CIDADE.

ASSISTA AS SESSÕES NA CÂMARA DE VEREADORES DE Bady Bassitt

Próximas Sessões:
2 e 16 de Agosto
às 19h00

Vereadores defendem reajuste salarial para os servidores municipais

Os vereadores Jura (PPS), Tuti (PSD), Marmitão (PPS) e o presidente da Câmara, vereador Orlandinho (PPS), formaram uma Frente em Defesa do Servidor Público Municipal e apresentaram em conjunto indicação para que o prefeito Edmur Pradela (PMDB) envie urgentemente à Câmara projeto de Lei para conceder a revisão anual e a recomposição das perdas salariais. Os vereadores pedem que se faça valer a Lei Complementar 9.504/97, ou seja, que o índice de recomposição das perdas inflacionárias, seja igual a todos os Servidores: 7%.

Segundo esses vereadores, além de direito ao aumento real de salário, a Constituição Federal estabelece que o servidor público tenha direito ao reajuste anual de seus vencimentos de acordo com o índice de inflação do período, como fator de recomposição das perdas inflacionárias.

“O artigo 37 da Constituição Federal diz que a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”, afirmam os vereadores. Eles informam ainda que a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 da Constituição somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privada em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Os vereadores destacam também que a legislação eleitoral não proíbe em qualquer período do ano eleitoral a recomposição da remuneração dos servidores públicos referente as perdas inflacionárias no âmbito do ente federado onde transcorra o pleito eleitoral. “Sendo assim é assegurado apenas o direito de revisão geral aplicando-se apenas o índice inflacionário apurado a partir de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011”, informam.

“No artigo 73 da Lei Eleitoral diz que são proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas

OBRA PARADA

Obras do anexo da Câmara estão legalizadas, garante assessoria jurídica



Obras de construção do anexo estão paralisadas por falta de dinheiro não repassado à Câmara pelo prefeito Edmur

O prefeito Edmur Pradela (PMDB) suspendeu o alvará de construção da ampliação da Câmara Municipal. Mais uma vez, uma atitude arbitrária e sem nenhum fundamento jurídico para tal decisão, pois o projeto de execução da obra foi aprovado pelo próprio prefeito e não sofreu nenhum tipo de alteração. E a obra estava sendo executada de acordo com as normas estabelecidas no projeto de engenharia.

A Câmara Municipal foi comunicada sobre a suspensão do alvará, depois que o prefeito, sem qualquer tipo de

aviso ou diálogo, mandou publicar edital em jornal que nem circula em Bady Bassitt. No edital a prefeitura diz que a obra está irregular. O presidente da Câmara, vereador Orlandinho (PPS), garante que não existe nada de irregular na construção do "Anexo". Há recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA), já votada e aprovada, disponibilizando verba de R\$ 290 mil para a reforma e ampliação do prédio da Câmara. "O que existe de irregular, na verdade, é que o prefeito não está repassando os valores corretos dos duodécimos que per-

tencem à Câmara Municipal", informa o presidente da Casa.

Orlandinho informa que a ampliação é para disponibilizar mais espaço, com novas salas, proporcionando melhor distribuição e organização dos gabinetes, bem como facilitando a ocupação da Casa. "O prefeito Edmur mostrou uma postura de administrador amador pelo fato de ter barrado a obra, por meio de decreto. E deixa claro que falta competência a ele e sua assessoria, pois demonstram ser pessoas mal informadas, de gente caduca e boba que nem sabe

do que se trata".

O presidente lembrou que a Câmara é pública e que as coisas estão sendo feitas da forma mais transparente possível. "Quando se fala mal da Câmara, se atinge diretamente os vereadores, funcionários e colaboradores e isso eu não posso aceitar", afirmou Orlandinho. "Além disso não estamos fazendo nada para o conforto dos vereadores, que estão de passagem por esta Casa, mas para dar melhores condições de trabalho aos funcionários e à população".

A VOZ DO POVO NO LUGAR DO POVO.

PARTICIPE DA VIDA POLÍTICA DE NOSSA CIDADE.

ASSISTA AS SESSÕES NA CÂMARA DE VEREADORES DE BADY BASSITT

Próximas Sessões:
2 e 16 de Agosto
às 19h00